



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

2/4

CNPJ/MF n. 16.636.540/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em Reais, exceto outro modo indicado)

histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 19 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 20 - Contingências.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização;
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo judicial de divulgações das Demonstrações Financeiras;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo esse o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCGT 33 (R2) - Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

j) Instrumentos Financeiros

1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo.

• Recebíveis

Os ativos recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

2) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições

contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

3) Capital social

- Ações ordinárias e preferenciais

A companhia possui ações ordinárias nominativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Caixa e bancos	65	11.511.698
Aplicações Financeiras		
• Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	25.955.902	59.176.579
• Fundos de Investimentos	9.455.032	688.759
Total	35.410.999	71.377.036

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Os certificados de depósitos bancários - CDB's Flex Empresarial, da Caixa Econômica Federal, são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

Durante o exercício de 2017, houve investimento no Fundo de Investimentos - Fundo Público Clássico, do Banco do Brasil, onde os resgates e as aplicações ocorrem de forma automática diariamente com o saldo da conta corrente.

5. CONTAS A RECEBER

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Cliente		
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	93.403.771	59.715.669
Administração Indireta	7.647.742	4.015.577
Outros	313.944	1.051.387
Total Estado	101.365.457	64.782.633
Extra Estado		
Prefeituras	1.218.967	2.107.273
Total Extra Estado	1.218.967	2.107.273
Total	102.584.424	66.889.906

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos vencidos e a vencer no montante de R\$102.584.424 sendo que para o ano de 2016 o montante era de R\$66.889.906, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais. Não é prática da Companhia constituir provisão para fazer face a eventuais perdas com tais créditos, haja vista serem esses clientes uma extensão do seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais. Em 31/12/2017 a segregação da composição do Contas a Receber, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Até 30 dias:	28.169.969	4.241.586
De 31 até 60 dias:	4.241.586	6.319.012
De 61 até 90 dias:	6.319.012	3.880.592
De 91 até 120 dias:	3.880.592	59.973.264
Acima de 120 dias:	59.973.264	102.584.424
Saldo Contas a Receber	102.584.424	

11. IMOBILIZADO

	R\$ 1,00			
	2017		2016	
	Custo Corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(13.965.970)	5.568.883	4%
Equipamentos Processamento de Dados	77.893.380	(57.309.677)	20.583.703	2%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.466.087	(927.422)	538.665	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	662.799	(657.483)	5.316	7%
Veículos	373.188	(199.473)	173.715	20%
Total	110.330.307	(73.060.025)	37.270.282	35.392.691

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. Movimentação do ativo imobilizado em 2017:

	R\$ 1,00			
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/Amortização	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado	35.392.691	11.031.866	(9.154.275)	37.270.282
		11.031.866	(9.154.275)	37.270.282

A Companhia considerou o método "valor em uso" como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Pronuncia no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.348.231,32, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. No de 2017, foram reconhecidos o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a Reserva de Reavaliação de Edificações, visto que até então não havia ocorrido o registro.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.956.894	9.956.894
Reserva de Reavaliação de Edificações		
• Reserva de Reavaliação sobre Edificações	592.936	618.142
• IRC/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	(201.598)	-
TOTAL	10.348.231	10.575.036

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

12. INTANGÍVEL

	R\$			
	2017		2016	
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	53.386.478	(48.627.726)	4.758.752	6.953.326
Total	53.386.478	(48.627.726)	4.758.752	6.953.326

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

Movimentação do ativo intangível em 2017:

	R\$			
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/Amortização/Baixa	Saldo em 31/12/2017
Intangível	6.953.326	1.211.704	(3.406.278)	4.758.752
		1.211.704	(3.406.278)	4.758.752

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa.

13. FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores finalizou o ano de 2017 com o montante de R\$32.421.933, sendo que, desse montante, cerca de 15% referem-se às aquisições para atendimento à demanda de serviços de impressão, além das provisões de serviços prestadas nas devidas competências, as quais as notas fiscais ainda não chegaram à Companhia. Para o ano de 2016, o montante apresentado foi de R\$10.577.761.

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2017, que não foram faturados, por aguardar regularização contratual estão contabilizados sob o título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R\$52.080.514 em 2017 e R\$33.999.908 em 2016.

7. PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador o Estado de Minas Gerais, e as transações entre a Prodemge e suas partes relacionadas abrangem as operações de valores a receber decorrente de serviços prestados às Secretarias e valores a pagar do condomínio referente à utilização da Cidade Administrativa à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), conforme contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

A Companhia possui com o Estado de Minas Gerais contrato de prestação de serviços firmado junto às Secretarias de Estado.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Ativo		
• Circulante	93.403.771	59.715.669
Passivo		
• Circulante (SEPLAG)	3.756.677	1.365.248

Operações com Administradores

Aos administradores abrange membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dos Administradores da Companhia compreende salários e benefícios.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Diretoria	70.377	66.130
Conselho de Administração	24.072	21.535

8. ESTOQUE

Com o início das atividades de impressão, o volume de produtos registrados em estoque teve um aumento significativo, ocasionando um fechamento anual no montante de R\$1.647.475 para o exercício de 2017, sendo que para 2016 o montante registrado foi de R\$479.948.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
PRODUTO		
Itens p/ Serviço de TI	609.815	479.948
Itens p/ Serviços gráficos	1.037.660	-
TOTAL	1.647.475	479.948

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia apresenta registrado em Impostos a Recuperar valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa no ano de 2017 (IRPJ/CSLL), cujo saldo será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

Possui saldo de tributos retidos sobre notas fiscais de prestação de serviços, além do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Impostos retidos a compensar	2.395.682	2.377.467
Impostos pagos por estimativa	182.620	-
Total Impostos a Recuperar	2.578.302	2.377.467

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo referem-se ao saldo de depósitos judiciais, que correspondem aos depósitos recursais de ações trabalhistas. Até o ano de 2016, os valores eram apropriados diretamente no resultado da Companhia.

	R\$ 1,00			
	2017		2016	
	Custo Corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(13.965.970)	5.568.883	4%
Equipamentos Processamento de Dados	77.893.380	(57.309.677)	20.583.703	2%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.466.087	(927.422)	538.665	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	662.799	(657.483)	5.316	7%
Veículos	373.188	(199.473)	173.715	20%
Total	110.330.307	(73.060.025)	37.270.282	35.392.691

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. Movimentação do ativo imobilizado em 2017:

	R\$ 1,00			
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/Amortização	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado	35.392.691	11.031.866	(9.154.275)	37.270.282
		11.031.866	(9.154.275)	37.270.282

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
	2017	2016
CIRCULANTE		
PIS	1.899.881	1.458.477
INSS	6.393.933	2.317.761
COFINS	6.757.699	6.725.935
Salários e Honorários a pagar	5.197.571	5.007.597
FGTS	1.010.458	1.089.379
Plano Previdencial Libertas	2.700.599	2.213.395
Contribuições retidas na fonte	431.296	151.653
Benefício Pós Emprego	10.389.270	7.076.007
	36.780.707	26.040.204

NÃO CIRCULANTE

	R\$ 1,00	
	2017	2016
PASEP	4.820.603	4.669.895
Benefício Pós		